

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Plano Regional de Ordenamento do Território



VOLUME II
Caracterização e Diagnóstico

FEVEREIRO 2004

- Património Cultural

ANEXO R

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E CONSTRUÍDO	4
BREVE HISTORIAL E ESTADO ACTUAL.....	4
2.1. Património arqueológico.....	4
2.2. Património construído	5
3. BALANÇO SUMÁRIO DOS RECURSOS PATRIMONIAIS E ACÇÕES DE INTERVENÇÃO	7
4. AVALIAÇÃO DO ESTADO DO PATRIMÓNIO E TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO	10
5. ANEXOS	16
Anexo I Identificação das instituições algarvias com infra-estruturas próprias ao trabalho arqueológico e/ou arqueólogos*	17
Anexo II Distribuição de Sítios Arqueológicos por Concelho	19
Anexo III Sítios Arqueológicos Prioritários	22
Anexo IV Museus e Núcleos Museológicos	25
Anexo V Técnicos e Laboratórios de Conservação e Restauro	29
Anexo VI Técnicos e Serviços por Concelho	31
Anexo VII Estruturas patrimoniais por concelho e por fonte de informação	34
Anexo VIII Plantas de Ordenamento/Regulamentos constantes dos PDM's.....	39

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que se segue visa caracterizar e diagnosticar o estado do património arqueológico e construído do Algarve. Foi elaborado com base no conhecimento que os docentes e investigadores do Departamento de História, Arqueologia e Património (DHAP) da Universidade do Algarve têm do terreno, mas também a partir de múltiplas recolhas de informação junto das autarquias e demais entidades que têm sob a sua jurisdição o Património Cultural Algarvio. Assim, foi feito junto das Municípios Algarvios, do IPPAR e do IPA um inquérito que colocava diferentes questões pertinentes ao assunto em causa, para além de se terem efectuado reuniões e trocas de impressões com o IPA, o IPPAR. As questões então colocadas podem resumir-se no seguinte:

1. Elementos constantes do PDM (delimitação de núcleos históricos; localização de estruturas patrimoniais; respectivas normativas; entre outros)
- 2- Listagem e localização de todos os edifícios ou elementos patrimoniais (construídos ou arqueológicos) classificados ou em vias de classificação.
3. Número de técnicos ligados directamente à área do Património Cultural (arqueólogos, antropólogos, técnicos do património etc.)
- 4 Outros elementos que, sobre esta matéria, as CM's considerassem relevantes, nomeadamente: regulamentos municipais; projectos de salvaguarda e/ou valorização; intenção de criação de gabinetes específicos, etc.

Paralelamente foram estabelecidos contactos informais com os técnicos das autarquias para esclarecer e discutir diferentes aspectos.

No tocante à arqueologia, em 2001 o DHAP. produziu para a então CCR-Algarve um relatório sobre a "Situação da Arqueologia e Património Actual do Algarve". Na altura, tal como agora, foi recolhida uma vasta informação junto das várias entidades que lidavam com o Património Arqueológico na região, que permitiu o conhecimento detalhado da situação, bem como a perspectiva dessas instituições sobre vários problemas, nomeadamente sobre os sítios considerados importantes pelas autarquias para protecção e valorização. Assim, sobre os últimos 5 anos de actividade arqueológica, foi solicitada, a identificação de:

- trabalhos de escavação e sondagem bem como dos trabalhos de emergência ocorridos;
- trabalhos de carta arqueológica;
- respectivas equipas de trabalho;
- projectos de investigação e respectivas equipas científicas referentes à região;
- instituições algarvias com infra-estruturas próprias ao trabalho arqueológico e de exposição pública como, por exemplo, laboratórios de restauro e conservação de materiais arqueológicos ou museus; e
- listagem dos sítios considerados mais importantes, bem como a sua situação actual do ponto de vista de protecção, conservação e estudo.

Relativamente ao património construído, não tendo sido executado nenhum trabalho semelhante ao anteriormente referido para a arqueologia, para além dos resultados obtidos no inquérito aos Municípios, baseou-se o presente estudo em:

- Listagem, cedida pelo IPPAR, de todos os edifícios classificados e em vias de classificação, referentes à Direcção Regional de Faro, daquele Instituto
- IPA (Inventário do Património Arquitectónico, que tem vindo a ser desenvolvido pela DGEMN) actualmente, em grande parte, disponível na Internet,
- “Levantamentos arqueológicos do Algarve – Concelhos de Albufeira e Lagoa, editados pelas respectivas CM’s e,
- “Inventário Artístico do Algarve. A Talha e a Imaginária”, com edição individualizada por cada um dos 16 concelhos, da Delegação Regional do Sul do Ministério da Cultura.

Torna-se claro, pois, que o volume de informação recolhida para o presente trabalho é vasto e tão completo quanto possível, permitindo um conhecimento alargado sobre a região, sendo as páginas que se seguem uma súmula resultante do tratamento de todo esse volume de informação pela equipa de consultores para o sector do Património do PROT-Algarve e que é constituída pelos seguintes elementos:

- Prof. Doutor João Pedro Bernardes (especialista em arqueologia romana - coordenador da equipa)
- Prof. Doutor Nuno Ferreira Bicho (especialista em arqueologia Pré-histórica)
- Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia (Especialista em História da Arquitectura e do Urbanismo)
- Prof. Doutor Francisco Lameira (Especialista em História da Arte)
- Arquitecta Teresa Valente (arquitecta a trabalhar na área do património)

2. O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E CONSTRUÍDO

BREVE HISTORIAL E ESTADO ACTUAL

2.1. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Em comparação com o resto do país a investigação científica arqueológica no Algarve teve o seu início logo desde muito cedo. Os primeiros trabalhos sistemáticos tiveram lugar no final do século XIX, com Estácio da Veiga, que viriam a culminar com a publicação da Carta Arqueológica do Algarve em 1878 e a organização do museu arqueológico do Algarve em 1880. Os trabalhos continuaram no século seguinte com a actividade do Abade Henri Breuil que foi um dos arqueólogos que mais contribuiu para o desenvolvimento desta ciência em Portugal, na primeira metade do século XX. Na senda de Breuil seguiram-se os trabalhos de Abel Viana, Mário Lyster Franco e da escola dos Serviços Geológicos de Portugal com Georges Zbyszewski, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira. Se a acção destes investigadores vai permitir identificar, reconhecer e salvaguardar um espólio significativo de muitas dezenas de sítios arqueológicos, o marasmo da arqueologia portuguesa ao longo de boa parte do século XX e a pressão urbanística que o Algarve começa a sentir a partir dos anos sessenta, irão destruir muitos dos sítios, que se contavam por muitas centenas, identificados até então.

A partir da década de setenta vemos um novo grupo de investigadores a trabalhar no Algarve, sobretudo ligados a universidades ou instituições com vocação para a investigação arqueológica que, dado o seu enquadramento e formação especializada, produzem uma série de relatórios e trabalhos científicos publicados em revistas especializadas.

Porém, e apesar do forte impulso que se regista na arqueologia portuguesa a partir dos anos oitenta, a destruição e até um certo desprezo pelo património arqueológico continuou (e continua ainda) não obstante registar-se um claro abrandamento nessa tendência a partir de meados da década de noventa, fruto de uma maior sensibilização, de uma legislação mais atenta à preservação do património arqueológico, da criação do IPA e do aumento de técnicos especializados. Os interesses imobiliários, a dificuldade das autarquias em lhes fazer frente e, sobretudo, a falta de sensibilização para as questões patrimoniais em geral e a falta de visão estratégica de muitos promotores imobiliários, que não têm sabido compreender que a alta qualificação dos seus empreendimentos a prazo passa também pela preservação e integração do património natural e cultural envolvente, continuam a ser responsáveis pela destruição do riquíssimo património da região.

Porém, ainda assim, nos últimos anos, a salvaguarda e a investigação científica levada a cabo na região do Algarve tornou-se muito mais estruturada e organizada, em grande parte devido à nova regulamentação de trabalhos arqueológicos imposta pelo IPA e definida pelo decreto-lei n.º 270/99 de 15 de Julho.

Apesar da já longa história da arqueologia algarvia, ainda faltam visões de conjunto sobre, por exemplo, as estratégias de povoamento dos vários períodos. Com efeito, salvo um ou outro projecto, as intervenções no território algarvio são em regra fruto das circunstâncias, resultando daí uma amálgama de informação que importa sistematizar e coordenar.

Lacunas no investimento, falta de coordenação dos esforços e falta de orientação política ao nível regional na definição de objectivos principais e secundários no investimento de capitais, são alguns dos problemas com que se debate a arqueologia regional. Por outro lado, a questão da minimização de impactos patrimoniais devido a empreendimentos públicos e privados no Algarve é, ainda, um dos problemas que não está devidamente enquadrado na política regional o que

conduz à destruição pontual de bens arqueológicos, agravada por uma mentalidade latente que encara os vestígios patrimoniais e a acção dos arqueólogos como contratempos (que importa evitar) ao avanço dos empreendimentos. Ainda assim, é certo que o acompanhamento arqueológico de muitos empreendimentos públicos ou privados tem permitido o salvamento de grande quantidade de bens arqueológicos, que há uma ou duas décadas atrás seriam irremediavelmente destruídos. Porém, frequentemente esta enorme quantidade de informação exumada no decorrer destas intervenções, acumula-se nos depósitos sem um estudo aprofundado que contribua para melhor conhecer as realidades histórico-arqueológicas da região.

De tudo isto resulta uma ausência de obras de fundo que enquadrem toda a diversidade de sítios e que permitam o global entendimento da região ao longo da história de acordo com as exigências da ciência moderna e do esclarecimento cabal de um público interessado. Reconhecendo, no quadro da estratégia de desenvolvimento regional, a necessidade de promover o Património Arqueológico através da edição de publicações e outro material de promoção relacionados com os trabalhos desenvolvidos, a CCDR já executou a concepção de uma linha gráfica que procura transmitir uma imagem coerente das edições que pretende promover. O estudo das colecções dispersas pelos museus deverá ser, pois, uma prioridade da investigação nos próximos anos a par das escavações de salvamento, podendo a divulgação dos seus resultados inserir-se na referida linha editorial. Paralelamente deverão prosseguir ou lançar-se alguns projectos científicos a partir dos quais seja possível a sistematização e as tais visões de conjunto de toda a região. Destes trabalhos de âmbito científico sairão os enquadramentos necessários para apoiar a valorização e musealização de alguns sítios arqueológicos e, obviamente, a sua correcta integração no ordenamento e dinâmicas da região.

2.2. PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

Também no que se refere ao património construído e, começando por fazer a comparação com o resto do país, a situação é bastante diversa. Quando, já no século XX, se inicia a elaboração de um importante instrumento de inventariação do Património Artístico de Portugal promovido pela Academia de Belas Artes, o Distrito de Faro não é abrangido. Assim, na segunda metade do século XX, quando se dá início á urbanização maciça de várias zonas do litoral Algarvio, não há qualquer tipo de inventário referenciando os bens patrimoniais mais relevantes.

O Algarve é, a nível nacional, a região onde a pressão urbanística sentida a partir da década de sessenta, com a descoberta da nova fonte de riqueza do “turismo de praia”, deu início a um processo de tão rápida destruição que, levou a administração central, desde muito cedo, a desenvolver alguns estudos específicos para a região. Referimo-nos, concretamente, aos elaborados no âmbito do “Estudo de Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve”,¹ ainda hoje considerados instrumentos de grande rigor, cujas medidas preconizadas, lamentavelmente, não foram implementadas. Partindo de uma análise sobre a componente patrimonial do espaço e dos seus componentes, (caracterização específica dos tipos arquitectónicos e dos espaços arquitecturados) o estudo pretendia tornar-se num *“instrumento ulterior de trabalho e de consulta, para assistência ao município, constituindo guia útil pelas indicações nele contidas”* dando assim seguimento à ideia inicial da DSPU de, ao lançar a elaboração destes estudos, criar *“ documentos a integrar nos planos de urbanização dos aglomerados como elementos de orientação geral (...) tendo sempre como objectivo a “defesa da paisagem urbana”*.

1 Estudos promovidos pela Direcção dos Serviços de Planeamento Urbanístico, nos finais das décadas de 60 princípios de 70.

Nos anos que decorreram entre a década de setenta e os anos 90, raras são as iniciativas no âmbito da salvaguarda do património. Destacamos apenas, na década de oitenta, a elaboração do “Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira”² e, dos “Estudos de Reabilitação Urbana” de Lagos e Faro³, sem dúvida na base do aparecimento dos Gabinetes Técnicos Locais⁴, posteriormente os “gabinetes de centros históricos” das Câmaras que, ao nível dos núcleos históricos das sedes de concelho, desenvolveram um trabalho importante.

No entanto são, sem dúvida, os PDM's surgidos a partir dos anos 90, que vão constituir a primeira forma legal de tratar o património construído, quando neles é obrigatório integrar a listagem e localização das estruturas patrimoniais existentes nas áreas dos concelhos, desde que estivessem classificadas, em vias de classificação ou fossem apenas de interesse municipal. Apesar de todas as imprecisões de que se revestiu este processo, ao obrigar a um exercício de selecção e identificação foi, sem dúvida, o passo mais importante para uma política de salvaguarda do património.

De referir ainda a importância de alguns estudos temáticos para o conhecimento e divulgação do património, nomeadamente algumas monografias, normalmente da responsabilidade de estudiosos locais, publicadas pelas autarquias

Encontramo-nos, neste momento, numa fase em que a maioria dos PDM's vão entrar em revisão. A imprecisão, omissão e dificuldade de actualização dos dados disponíveis, realidade existente na actual forma de identificação e registo das estruturas patrimoniais, poderá e deverá ser devidamente corrigida neste nova fase que se inicia. Com efeito, a não existência de uma base de dados geral, ou de qualquer entidade que sistematize e actualize a informação, origina discrepância entre esta, ou seja a diferentes fontes correspondem listagens diferentes. Igualmente se detectou que, ao nível da nomenclatura e da identificação das estruturas, dependendo da origem da informação, para as mesmas estruturas surgem denominações diferentes. Como última questão registre-se o facto de a actualização do processo de classificação ou de pedidos de classificação, embora comunicada pelo IPPAR, não é de imediato feita pelas autarquias, o que leva igualmente a uma não coincidência entre a informação disponibilizada por aquele Instituto e a existente nas Câmaras.

2 Da responsabilidade de Carlos Duarte, José Lamas – Estudos de Planeamento e Arquitectura, Lda e Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano, (1985).

3 Realizados nos finais da década (1989), da responsabilidade dos arquitectos Rui e Frederico Paula.

4 Na Região vão surgir, os seguintes Gabinetes Técnicos Locais: em 1991, Silves; em 1993, Loulé e Faro; e mais tarde em 99, com outro tipo de abordagem, Monte Gordo e Armação de Pera.

3. BALANÇO SUMÁRIO DOS RECURSOS PATRIMONIAIS E ACÇÕES DE INTERVENÇÃO

Do ponto de vista arqueológico, o Algarve é uma das regiões mais ricas do País, possuindo, como vimos, uma carta arqueológica desde o século XIX. Actualmente conhecem-se mais de 1700 sítios arqueológicos na região, ainda que muitos deles já tenham sido destruídos ou não apresentem potencial assinalável para a investigação e/ou valorização. A maior parte destes vestígios situam-se no litoral e, por razões óbvias, tem sido no litoral que a destruição do Património arqueológico se tem feito sentir mais. No barrocal e na serra as investigações da última década têm posto em evidência um património arqueológico igualmente abundante, pertencendo sobretudo à época islâmica. Estas regiões do Algarve interior permanecem as menos investigadas mas globalmente as mais bem preservadas. Porém a devastação causada pelos últimos incêndios e, sobretudo, a reflorestação que já se iniciou, faz perigar parte significativa deste património caso não sejam tomadas medidas de minimização de impactes nomeadamente através do acompanhamento arqueológico das acções de reflorestação.

Também toda a região do promontório de Sagres apresenta simultaneamente um grande potencial arqueológico, com destaque para o período pré-histórico, e uma grande sensibilidade. Sendo uma região pouco conhecida do ponto de vista arqueológico os resultados preliminares de alguns projectos de investigação desenvolvidos nos últimos anos permitem antever que na próxima década se afirme como uma das regiões mais importantes para o estudo da pré-história portuguesa que, articulada com a beleza paisagística da área, oferece condições privilegiadas à implantação de roteiros arqueológico/paisagísticos (há semelhança do que acontece com a região de Carnac em França).

Dos mais de 1700 sítios só uma pequena percentagem apresenta, *a priori*, condições objectivas para uma valorização com vista à sua integração em circuitos turístico-culturais. Uma boa parte destes sítios situam-se em áreas urbanas pertencendo a períodos históricos. Neste sentido, praticamente todas as cidades algarvias têm no seu subsolo ruínas dos últimos dois ou três milénios com grande potencial de valorização. Nos últimos anos têm-se observado uma série de intervenções arqueológicas em várias cidades do Algarve, de que destacaríamos Silves e Tavira, que, para além de permitirem avanços significativos no conhecimento da evolução dessas cidades, resultam frequentemente na valorização e musealização de alguns núcleos de ruínas, aumentando os pontos de interesse para visitantes⁵.

A par dos vestígios de superfície, a região do Algarve destaca-se ainda por uma enorme densidade de vestígios subaquáticos de enorme interesse científico e potencial turístico-cultural⁶. A implementação de roteiros turísticos subaquáticos na sequência da investigação de barcos ou navios afundados já deu os seus primeiros passos com o l'Océan, uma embarcação francesa do século XVIII afundada a cerca de 10 metros de profundidade ao largo da praia da Salema. A constituição do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), que tem um dos

5 No caso de Tavira, parte significativa dos resultados oriundos dos trabalhos arqueológicos feitos na cidade estão actualmente patentes ao público, no Museu Nacional de Arqueologia, na exposição temporária intitulada “Tavira – território e poder”.

6 Salientaríamos a enorme importância da embocadura do rio Arade, onde, desde há vários anos, têm sido feitas investigações continuadas cujos resultados estão neste momento patentes ao público no Museu Nacional de Arqueologia numa exposição intitulada “Um Mergulho na História: arqueologia subaquática no rio Arade”. Registe-se que das três exposições temporárias que actualmente se podem ver naquele museu nacional, duas referem-se a realidades algarvias e a terceira, referindo-se às “Religiões da Lusitânia”, é composta em grande parte por espólios oriundos do Algarve.

seus elementos a trabalhar em Faro, tem permitido um melhor conhecimento da realidade algarvia para além de monitorizar e acompanhar o evoluir de várias embarcações naufragadas ao longo dos tempos. Por outro lado, a definição de um novo quadro jurídico para a arqueologia náutica e subaquática pelo decreto-lei n.º. 164/97 de 27 de Junho, veio dotar esta área, sempre apetecível para os “Caçadores de Tesouros”, de uma legislação avançada que visa a sua salvaguarda.

No interface mar-terra existe por toda a costa algarvia um vasto conjunto de estruturas arqueológicas ou industriais ligadas às actividades marítimas como a pesca e o sal cujo estudo e valorização é essencial e onde as novas tecnologias de informação poderão prestar um auxílio indispensável. Desde os tanques de salga e fornos cerâmicos da época romana, até às salinas e fábricas de processamento de preparados de peixe do século XX, desde as armações da pesca do atum até aos moinhos de maré, há todo um vastíssimo património que propicia a articulação das actividades de lazer de praia com as de componente cultural onde a arqueologia industrial poderá assumir papel fundamental. Aliás, a arqueologia industrial constitui um vasto campo de exploração na região que não se cingirá unicamente à zona litorânea, como é demonstrado pelo recente caso de sucesso do museu da cortiça de Silves.

A investigação arqueológica do Algarve tem, na última década, avançado substancialmente, fruto, em grande parte, do aumento de número de técnicos na região, muitas vezes integrados em autarquias, ou do cumprimento da legislação que obriga ao acompanhamento arqueológico no âmbito de trabalhos de minimização de impactes. Assim, a par dos trabalhos de prospecção, tem-se assistido nos últimos anos a um grande incremento de escavações arqueológicas quer programadas quer de emergência. Estes trabalhos, com forte incidência em zonas urbanas, têm abarcado, sobretudo, os períodos romano e islâmico-medieval. Infelizmente, estes estudos cingem-se, na maior parte dos casos, à identificação e salvaguarda dos vestígios, ficando o estudo dos espólios muitas vezes por fazer, avançando-se raramente para projectos de valorização dos sítios postos à luz do dia. Nos últimos dois ou três anos tem vindo a registar-se, todavia, uma tendência para se dar uma maior atenção à valorização de sítios arqueológicos, quer por parte do IPPAR, quer por parte de uma ou outra autarquia. A acção dos privados nesta matéria, não sendo ausente (recorde-se o caso do Couto Mineiro de Martim Longo), é muito incipiente e frequentemente desenquadrada das restantes acções promovidas pelos órgãos do poder central ou local.

Com efeito, a valorização dos sítios arqueológicos encontra-se muito ligada à actividade do IPPAR que, exercendo-se sobretudo nos imóveis sob a sua alçada, não é (nem pode ser) por si só suficiente. Neste sentido, a tendência que se verifica por parte de algumas autarquias para investir, em parceria ou não, num ou noutro sítio da sua área concelhia, deve ser aprofundada. No caso do município de Alcoutim, estão neste momento em curso de execução ou em fase de projecto a valorização de cinco sítios arqueológicos,⁷ abarcando diferentes períodos históricos e distribuídos por diferentes partes do concelho. Estes projectos, financiados pela Câmara com ou sem participação de programas comunitários, visam a constituição de um circuito turístico cultural amplo que leve os visitantes a percorrer todo o concelho. Infelizmente esta dinâmica de intervenção com vista à valorização de sítios arqueológicos ainda não é extensiva aos restantes concelhos, ainda que num ou noutro caso se comece a despertar para esta realidade.

7 Menir do Lavajo, Anta da Castelhana, Tholos da Eira dos Palheiros, barragem romana do Álamo e *villa* do Montinho das Laranjeiras.

A tendência das autarquias para dar uma maior atenção ao Património nos últimos anos tem-se também pautado pela criação de museus ou núcleos museológicos. Note-se que só na década 90 foram criados 21 museus no Algarve a maioria dos quais pelas autarquias a que pertencem 69% dos núcleos museológicos.

Relativamente ao património construído, a Região apresenta também a sua heterogeneidade. De uma maneira geral:

- O litoral, bastante destruído, sobretudo na sua zona central (numa faixa que podemos arriscar delimitar entre os concelhos de Lagos e Faro) mas, onde ainda é possível encontrar soluções de reutilização das já poucas estruturas patrimoniais, sobretudo se elas se traduzirem em contrapartidas para intervenções mais rigorosas no interior desses mesmos concelhos. Essas reutilizações devem, na sua maioria, integrar-se em estudos globais, alcançando resultados muito mais evidentes. Registe-se que tem havido uma crescente preocupação nas intervenções em alguns centros históricos urbanos no sentido de lhes devolver, na medida do possível, parte da sua identidade.
- O interior onde é necessário fazer um reconhecimento criterioso para avaliar as estruturas e conjuntos que sabemos existir, para as quais uma acção de salvaguarda patrimonial poderá traduzir-se em resultados muito vantajosos. Referimo-nos aqui aos denominados “assentamentos de lavoura”, “núcleos de habitação rural”, e outras estruturas patrimoniais em meio rural.

Uma ressalva aqui, para os Concelhos de Alcoutim e Tavira⁸ que possuem um levantamento bastante rigoroso de estruturas em espaço rural, para os quais se torna necessário definir o tipo de estratégias tendentes à sua salvaguarda, e o trabalho desenvolvido pelo Gabinete das Aldeias do Algarve, que desenvolvendo o “Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve”,⁹ elaborou Planos de Intervenção, que incluem também propostas de reabilitação de edifícios e espaços;

Uma análise dos instrumentos de trabalho disponíveis¹⁰ permite-nos constatar que, é sobretudo ao nível da identificação deste património rural construído e da definição de estratégias para a sua viabilização (acções de salvaguarda em simultâneo com reabilitações adequadas) que há uma grande tarefa a desenvolver. Com efeito, a inventariação do Património rural algarvio, ressaltando os concelhos já referidos, está praticamente por fazer. A arquitectura tradicional do barrocal algarvio através dos seus montes típicos mas também de todo um vasto sistema de construções rurais onde assentava o modo de vida tradicional das populações, teima em permanecer à margem das preocupações patrimoniais. Uma referência particular aos sistemas de captação e de distribuição de águas, constituídos por poços, noras, cisternas, azenhas, canhas e condutas subterrâneas, barragens de derivação e canais de irrigação, que, constituindo uma imagem de referência na paisagem campesina algarvia, afirmam-se como elementos essenciais à compreensão da identidade que, desde tempos remotos, foi cunhando o espaço rural algarvio.

Uma correcta inventariação e avaliação de todos aqueles elementos construtores das paisagens algarvias torna-se, pois, essencial e, face à destruição galopante que têm sido alvo, urgente.

⁸ De acordo com as respostas enviadas pelas CM's.

⁹ Estudo desenvolvido pela CCRA para o qual foram seleccionadas onze aldeias: Cacela-a-Velha; Odeleite; Vaqueiros; Cachopo; Esto; Querença; Paderne; S. Marcos da Serra; Caldas de Monchique; Carrapateira; e, Budens.

¹⁰ Anexo VIII – PDM's – avaliação dos elementos que os constituem.

4. AVALIAÇÃO DO ESTADO DO PATRIMÓNIO E TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO

Apesar do forte incremento da investigação arqueológica nos últimos anos, pode dizer-se que, *grosso modo*, esses trabalhos têm incidido sobretudo na inventariação e na salvaguarda dos vestígios, sendo pouco frequentes os estudos tendentes à valorização do Património Arqueológico. Como resultado, os espólios arqueológicos da região têm-se avolumado, a maior parte das vezes sem serem objecto de um estudo científico e criterioso. Assim, do ponto de vista científico continuam a faltar para o Algarve visões de conjunto apoiadas no estudo aprofundado das colecções e em projectos articulados a nível regional. Note-se que este cenário decorre em grande parte do carácter de emergência de boa parte das intervenções arqueológicas e, simultaneamente, da carência de serviços técnicos da esmagadora maioria dos museus da região. Com efeito, cerca de metade dos “museus” não têm serviços técnicos e cerca de metade dos seus funcionários não participam em acções de formação. Torna-se, pois, evidente que apesar das muitas colecções museológicas espalhadas pela região, o seu estudo e publicação continua por fazer, o que decorre essencialmente de uma enorme falta de formação e escassez ou mesmo ausência de pessoal técnico qualificado. Nota-se, por outro lado, que os espaços museológicos têm sido criados sem qualquer critério ou integrados num plano regional, surgindo antes pela espontânea vontade das entidades.

Daqui resulta em grande parte que, em matéria de conservação e restauro do Património móvel, não há uma acção concertada. Pode-se mesmo dizer que a conservação e restauro do Património em geral pauta-se pela ausência de uma política estruturante e globalizante. Na região, entre núcleos museológicos e museus (assim auto denominados), existem mais de meia centena, ainda que só 4 museus é que integram a rede portuguesa de museus. Para além destes, poucos são os que têm condições de conservação dos seus acervos. Ainda assim, existem alguns laboratórios de conservação e restauro com vocação sobretudo para o restauro de peças arqueológicas. Mas estes funcionam isoladamente e sem qualquer nível de especialização.

Os acervos etnográficos e os de arte que, a par dos de arqueologia, constituem a maior parte dos espólios, estão, na maior parte dos casos, fora do alcance da intervenção dos laboratórios de restauro. Note-se, porém, que a Etnografia e Antropologia constituem a área temática de 9 museus e de 10 núcleos museológicos.

No tocante à conservação do património construído, apesar de todo o esforço que tem sido feito, porque pontual e dependente de diferentes interesses, se considerarmos os seus promotores, é insuficiente.

São protagonistas nestas acções, as instituições públicas – DGEMN e IPPAR, com uma acção apenas em obras à sua guarda¹¹ (por exemplo, a Sé de Faro, no caso da DGEMN ou as velhas pontes de Paderne, Tôr e Quelfes, no caso do IPPAR) – os particulares e as autarquias.

No caso dos particulares, um alerta para as situações danosas que surgem com:

- A intervenção nos imóveis religiosos por parte da igreja a cargo muitas vezes, das comissões fabriqueiras e sem acompanhamento técnico. Os resultados são frequentemente de lesa

¹¹ Referimo-nos apenas à conservação e restauro do património construído, não englobando, assim, a acção desenvolvida pelo IPPAR ao nível do processo de licenciamento de projectos em imóveis classificados, em vias de classificação e em áreas de protecção.

património, como é o caso, relativamente recente, da famosa capela dos ossos da Igreja do Carmo em Faro (isolou-se exteriormente a capela, com revestimento impróprio, não deixando respirar as paredes pelo que os ossos nelas embutidos, absorvem a humidade, com conseqüente degradação).

- A intervenção em imóveis civis, por parte de particulares, cujos resultados são frequentemente destruidores, dado os objectivos que os motivam (obtenção de lucros e mais valias), não serem compatíveis com a manutenção quer das tipologias quer das áreas de construção existentes.
- A intervenção em imóveis de qualidade, por parte das autarquias cuja insuficiente capacidade financeira e inexistência de estratégias definidas para as diferentes áreas, nomeadamente a da reutilização de estruturas patrimoniais, tem levado a que os imóveis de qualidade, sejam objecto de projectos de reabilitação definidos consoante os programas de financiamento disponíveis, assistindo-se assim muitas vezes à sua total destruição ou à sua viabilização de projectos demasiado dispendiosos para o fim pretendido.

Em relação à salvaguarda de conjuntos e sítios há que destacar a acção do IPPAR que através do POC tem feito intervenções em vários sítios arqueológicos (Alcalar, Milreu, Cerro da Vila). Infelizmente, particularmente nos casos das *villae* romanas de Milreu e Cerro da Vila, os investimentos têm sido feitos mais nas estruturas de acolhimento do que na conservação das ruínas. Registe-se, contudo, que é notório o esforço considerável que tem sido protagonizado por este organismo no Algarve, que se poderia dizer, pelo menos do ponto de vista do financiamento, o maior executado por organismos do poder central até ao momento.

Faltam, ainda, incentivos (que por vezes passariam apenas por um acompanhamento e aconselhamento dos técnicos autárquicos ou outros) de sítios que estão à guarda de particulares ou outras entidades: refira-se, a título de exemplo, os dois conjuntos de tanques de salga romanos, inseridos em circuitos pedestres, do Centro de Educação Ambiental da Quinta de Marim (Parque da Ria Formosa) e da Quinta do Lago, onde não há qualquer tipo de manutenção.

As Câmaras, por sua vez, têm feito nestes últimos anos um esforço de conservação dos núcleos históricos principais, estando hoje, Silves, Tavira, Lagos, Loulé e Faro¹², dotadas de propostas de planos ou regulamentos municipais, na sua maioria, adequados. Acontece, porém, que muitos desses instrumentos não são implementados ou encarados com a seriedade que merecem, pois, na maioria das Câmaras, bastaria pôr em prática os instrumentos de intervenção que já existem para se dar um grande salto qualitativo na salvaguarda e valorização de, pelo menos, os delimitados núcleos históricos das cidades sede de Concelho. Apesar de todo o esforço despendido, esta acção relativa à salvaguarda dos conjuntos não se pode cingir aos núcleos históricos das cidades-sede, devendo ser levada a todos os núcleos com valor, no território de cada concelho.

Podemos, pois, dizer que, em termos globais, o Património arqueológico e construído, salvo raras excepções, não tem tido um investimento e valorização capazes de forma a integrarem-se plenamente nos circuitos turísticos da região, apesar de se reconhecer um esforço para alterar a

¹² Silves e Loulé dispõem, desde 1994, de proposta de regulamento de Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, que nunca chegou a ser aprovado superiormente. Tavira dispõe desde 1985, de Plano de Salvaguarda que se encontra em fase de ser revisto. Faro dispõe, aprovado desde 2002, de Regulamento Municipal para as Intervenções nos Núcleos Históricos da Cidade de Faro” e Lagos, com Gabinete do Centro Histórico a funcionar, tem vindo a orientar a sua gestão nos Estudos de Reabilitação Urbana, já referidos, e prepara-se neste momento para lançar concurso para a elaboração do Plano de Salvaguarda.

situação nos últimos anos. Sabendo-se hoje que é necessário apostar na diversificação turística, afirmando-se o Património Cultural como elemento essencial nesse desiderato, nomeadamente como complemento ao turismo centrado no binómio sol/praias, torna-se premente reforçar os investimentos e dar novos incentivos à valorização patrimonial, até porque há uma procura crescente no âmbito do turismo cultural. Como reflexo desta tendência e apetência dos mercados emissores de turistas para a região, e na tentativa de procurar responder àquela procura crescente, têm surgido um pouco por todo o Algarve pequenos empresários de Turismo/Aventura que, sem qualquer tipo de formação adequada, organizam roteiros percorridos em veículos todo-o-terreno que levam os visitantes a inúmeros sítios patrimoniais, muitos deles de índole arqueológica. Infelizmente estas iniciativas têm pouco profissionalismo e surgem completamente desenquadradas fruto em grande parte da orgânica institucional que, ao contrário da vizinha Andaluzia, separa o Turismo da Cultura.

Com efeito, torna-se necessário uma maior coordenação entre estes dois sectores para se explorar turisticamente a componente cultural que, na próxima década e segundo alguns estudos, registará um aumento significativo. Note-se que a dinamização turística do interior algarvio passa necessariamente pelo turismo cultural e da natureza que deverão ser encarados de forma integrada, de acordo com as novas tendências, encarando a preservação dos elementos culturais integrados nas suas paisagens e não como nichos ou ilhas completamente desenquadrados da envolvente.

Não obstante se reconhecer hoje que os valores naturais e culturais do Barrocal e da Serra são incontornáveis enquanto domínio de intervenção numa estratégia de desenvolvimento regional¹³, ao analisarem-se as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) enunciadas nos regulamentos dos PDM's verifica-se que as funções/vocações com ocorrências pouco significativas (na ordem do 1%) situam-se nas categorias do "Património Cultural" a par da "preservação dos valores naturais/conservação da natureza", e isto apesar das áreas de aptidão turística delimitadas nas cartas de ordenamento dos mesmos PDM's se situarem na esmagadora maioria no Barrocal e Serra. Há pois aqui um desfasamento entre a intenção de promover o turismo no interior da região algarvia mas sem ter em devida conta os recursos patrimoniais e naturais que poderão ser os factores dinamizadores desse mesmo turismo.

Talvez conscientes disso mesmo, os municípios de Silves, Lagos e Tavira têm vindo a promover nas respectivas áreas urbanas uma série de projectos de arqueologia urbana e de outra índole patrimonial que tem feito aumentar significativamente nos últimos anos o número de turistas que ali ocorrem.¹⁴ De igual modo o município de Alcoutim tem feito um esforço significativo no sentido de aumentar os sítios visitáveis na área concelhia, aparecendo, num levantamento recente, como o município algarvio que oferece o maior número de sítios arqueológicos visitáveis¹⁵. Outros municípios, por iniciativa própria ou em parceria, nomeadamente com o IPPAR, têm avançado paulatinamente com iniciativas do género. Todavia, é necessário aprofundar de forma sistematizada esta aposta turística e, tomando como exemplo o caso de Alcoutim, verifica-se uma grande falta de promoção turística desses sítios, contrariada apenas pelo Parque mineiro de Cova dos Mouros, uma iniciativa privada de turismo cultural em plena serra algarvia que todos os anos

13 Veja-se, por exemplo, a publicação de Dezembro de 2002 da CCR-alg, "Algarve 2000-2006: Estratégia de Desenvolvimento do Algarve".

14 No caso de Silves a acção da arqueologia, não apenas na área do Castelo, mas na restante área urbana, conjugada com outros empreendimentos turístico-culturais como a "Fábrica do Inglês", tem sido em grande parte responsável pelo forte aumento da afluência turística que se tem vindo a registar.

15 Este levantamento publicado na revista de Arqueologia, Património e História local, *Al-madan*, nº 10, apresenta 300 sítios arqueológicos visitáveis em Portugal, dos quais 17 são no Algarve e, destes, 7 localizam-se no concelho de Alcoutim.

conduz um grande número de turistas à região. Falta, assim, uma política regional consistente que conduza de forma coordenada com os promotores turísticos a uma valorização e dinamização de sítios arqueológicos.

Cabe aqui uma referência à atenção que a CCDR do Algarve tem vindo a prestar desde 2001 à investigação e valorização dos sítios arqueológicos Algarvios, nomeadamente no âmbito do PROALGARVE. Com a encomenda do estudo à Universidade do Algarve “A situação Actual da Arqueologia e do Património Arqueológico no Algarve”, aquela instituição integrava de forma objectiva o Património Arqueológico entre os recursos a ter em conta e a dinamizar numa estratégia de desenvolvimento Regional. Desta forma procurou dar corpo a uma série de projectos de intervenção no âmbito da arqueologia identificados como prioritários e regionalmente pertinentes, estando já em face de execução avançada dois projectos: o da Calçadinha de S. Brás de Alportel e o da valorização do Castelo de Castro Marim. Todavia, dificuldades várias (que vão desde o financiamento da comparticipação nacional até aos entraves burocráticos de vária ordem), têm atrasado o arranque de novos projectos de Investigação/valorização no âmbito deste programa. Por outro lado, “A Rede de Centros Históricos de Influência Islâmica”, procura integrar um conjunto de estratégias de interpretação do Património no espaço geográfico e cultural de influências arabo-islâmicas.¹⁶ Para além do já referido “Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve” - para as quais foram elaborados planos de intervenção, tendo como objectivos estudar e compreender os espaços de forma a preparar metodologias e processos de actuação, apresentar um conjunto de projectos e suscitar diversas parcerias e promover a participação - está actualmente em curso, no âmbito do Projecto das Vias Romanas do Mediterrâneo, o estudo da rede viária romana do Algarve¹⁷.

Sendo a componente turística algarvia oriunda de mercados emissores com uma grande apetência para o turismo cultural, acções deste tipo visam inverter o quadro actual onde se sente uma clara ausência de agentes ou empresas promotoras de turismo cultural e de circuitos turístico culturais articulados e enquadrados com os promotores turísticos da região. Claro que a alteração deste quadro implica necessariamente uma muito maior coordenação e diálogo entre os técnicos do Património das autarquias e as várias instituições gestoras do Património regional, promotores turísticos e Universidade, que possuindo uma licenciatura que forma técnicos de Património Cultural é assumidamente uma mais valia para a valorização turístico-cultural de toda a região.

A melhoria do actual quadro de gestão e valorização patrimonial passa necessariamente por uma melhor coordenação e cruzamento de dados entre as várias instituições e entre os vários departamentos da mesma instituição. Com efeito, é notória a falta de articulação e de troca de informação entre os serviços de arqueologia das câmaras municipais, por exemplo, e os respectivos serviços de obras. Daqui resulta que sítios patrimoniais identificados pelos serviços da cultura das câmaras acabem, por vezes, por ser destruídos por máquinas de outros serviços da mesma autarquia. É certo que esta falta de articulação não é específica do Algarve, acontecendo um pouco por todo o país. Sendo os vestígios arqueológicos uma realidade com expressão territorial, a gestão dos bens arqueológicos (e, portanto dos arqueólogos) tem necessariamente que se articular com os serviços de ordenamento e de obras.

16 Este estudo implicou a criação de um centro interpretativo dos vestígios islâmicos em Silves e 3 publicações temáticas (itinerários da poesia, arqueológico e das construções em terra).

17 No âmbito deste projecto já saiu um folheto com itinerários romanos da região encontrando-se em preparação uma monografia sobre as vias romanas do Algarve e vestígios a elas associados. Prevê-se ainda a constituição de um centro de interpretação dos sítios romanos do Algarve (à semelhança do que foi criada em Silves para a época islâmica) e um sítio on-line onde será disponibilizada informação sobre o tema.

Se no caso da arqueologia a base de dados do IPA, disponível na Internet, concentra o essencial da informação que, por via do regulamento dos trabalhos arqueológicos, se mantém permanentemente actualizada, já no caso do Património construído, como já referimos, verifica-se a existência de vários núcleos de informação, de níveis muito desiguais e de difícil cruzamento entre si. O cruzamento e a uniformização desta informação, eventualmente a sua concentração numa base de dados única e criteriosa, seria fundamental. O Inventário do Património Arquitectónico que tem vindo a ser desenvolvido pela DGEMN já vai ao encontro desta filosofia, ainda que seja um trabalho que, pela sua própria natureza institucional, nem sempre enquadra os inventários que vão surgindo um pouco por todo o lado.

Registe-se, finalmente, que se nota uma profunda carência ao nível da inventariação do Património rural, nomeadamente dos “assentos de lavoura” e sistemas a eles ligados que, particularmente no caso do Barrocal, constituem um património inestimável à identidade regional e, se devidamente enquadrados e valorizados, elementos essenciais à promoção turística das regiões mais afastadas do litoral. As técnicas construtivas tradicionais, perfeitamente integradas na paisagem, como as de arquitectura de terra, ou fazendo uso de práticas economizadoras de recursos, como a reactivação de poços e cisternas, precisam, por outro lado, de uma nova atenção, apesar de já haver algumas iniciativas, nomeadamente de particulares, que vão nesse sentido¹⁸. Com efeito, a dinamização do interior algarvio terá que ter em conta todos estes elementos para se caminhar para um desenvolvimento integrado e de qualidade que assuma mais uma perspectiva equilibrada e integradora dos valores naturais e culturais do território do que uma atitude predadora.

Face ao que foi dito podemos, de forma esquemática, apresentar o diagnóstico do património arqueológico e construído da região através do seguinte quadro:

¹⁸ Registe-se o inventário do Património de Arquitectura de Terra do concelho de Silves feito no âmbito da “Red de Centros Históricos de Influência Islâmica”, cuja edição de 2002 da CCR-alg tem por título “Itinerários da Terra – Inventariar o património de Arquitectura em Terra. Contributo para um inventário no concelho de Silves”.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Grande e diversificada riqueza arqueológica.	Falta e desadequação de meios para a sua valorização e manutenção.
	Forte pressão urbanística nem sempre fácil de conciliar com a salvaguarda do Património arqueológico.
Distribuição dos sítios arqueológicos por toda a região.	Ausência de uma política arqueológica regional tendente à valorização de sítios.
Presença de delegação regional do IPPAR e extensão do IPA.	Falta de meios e de verbas para uma intervenção mais activa.
Grande número de museus e núcleos museológicos.	Atitude amadorística da maior parte dos museus que não possuem meios de investigação ou de restauro e conservação.
Componente turística oriunda de mercados emissores com uma grande apetência para o turismo cultural.	Inexistência de agentes ou empresas promotoras de turismo cultural e de circuitos turístico culturais articuladas e enquadrados com os promotores turísticos da região.
	Património arqueológico pouco valorizado e escassez de sítios passíveis de serem visitados.
Património arqueológico subaquático riquíssimo associado a condições favoráveis ao mergulho e à instalação de roteiros subaquáticos.	Inexistência de promotores e escassez de roteiros.
Presença cada vez maior de técnicos de arqueologia nas autarquias, com consequente criação de serviços de arqueologia municipais.	Falta de coordenação entre técnicos e serviços de arqueologia autárquicos com os respectivos serviços de ordenamento, de obras e urbanismo.
Presença do Departamento de História, Arqueologia e Património da UALG, com uma licenciatura em Património Cultural, onde a componente património construído é fortemente equacionada, e um mestrado em Arqueologia.	Insuficiente cooperação entre esta Instituição de ensino e formação com as autarquias.
Quadro legislativo .	Implementação da legislação existente.
Património construído diversificado .	No que se refere ao património construído, demasiadas e imprecisas fontes de informação. Inexistência de sistema de informação único e adequado.
No interior da região, conjuntos rurais e sistemas ligados à gestão da água, de grande qualidade.	Propostas de inventariação e de intervenção por realizar.
Estruturas específicas para temas específicos, (possibilidade de organização em rede): Os Centros Históricos islâmicos. ¹⁹ A arquitectura na época dos descobrimentos. Os sistemas defensivos do litoral. O património em espaço rural. O barroco no Algarve. Etc.	Ausência de meios técnico-financeiros para a elaboração destes projectos.
Exemplares significativos da arquitectura civil da primeira metade do século XX, em elementos isolados e conjuntos.	Propostas de inventariação e de intervenção por realizar.

¹⁹ Propostas já lançadas pela CCDRA.

5. ANEXOS

Anexo I
**Identificação das instituições algarvias com infra-estruturas
próprias ao trabalho arqueológico e/ou arqueólogos***

Património Arqueológico e Construído

Quadro I

Identificação das instituições algarvias com infra-estruturas próprias ao trabalho arqueológico e/ou arqueólogos*

INSTITUIÇÃO
Universidade do Algarve
IPPAR – Faro
IPA – Silves
Câmara Municipal de Tavira/ Campo Arqueológico de Tavira
Câmara Municipal de Alcoutim
Câmara Municipal de S. Brás
Câmara Municipal de Faro
Câmara Municipal de Albufeira
Câmara Municipal de Loulé
Câmara Municipal de Olhão
Câmara Municipal de Lagos
Câmara Municipal de Portimão
Câmara Municipal de Silves

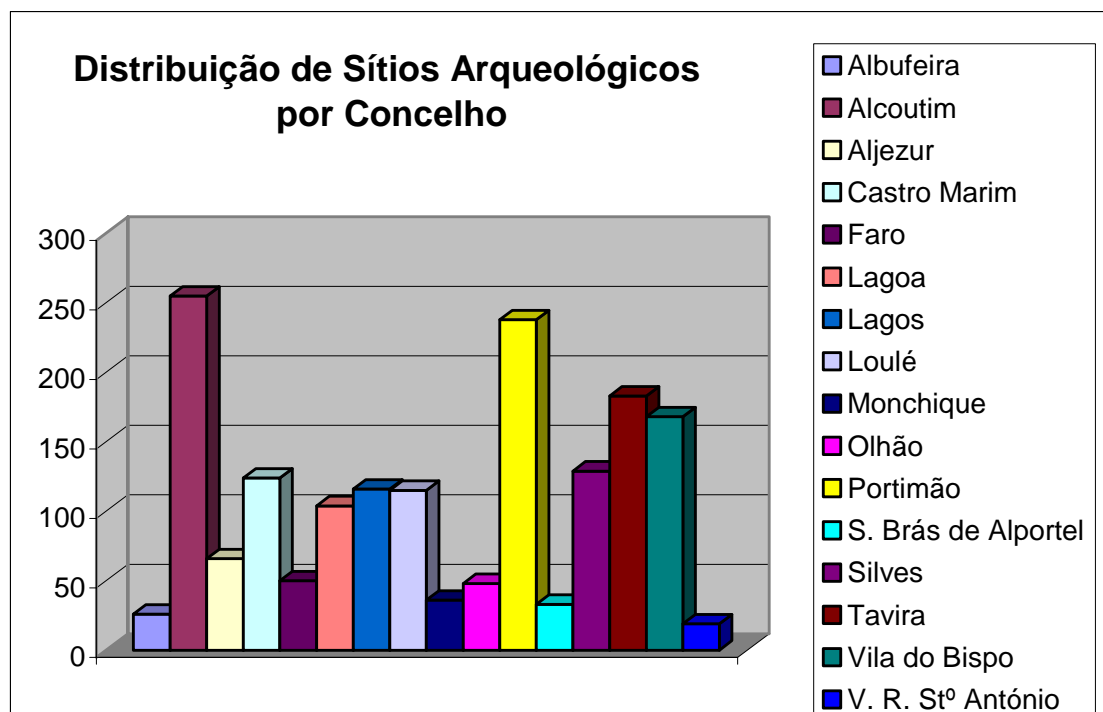
*Baseado em informações enviadas pelas autarquias e outras recolhas pontuais

Anexo II
Distribuição de Sítios Arqueológicos por Concelho

Património Arqueológico e Construído
Quadro II
Distribuição de sítios arqueológicos por Concelho*

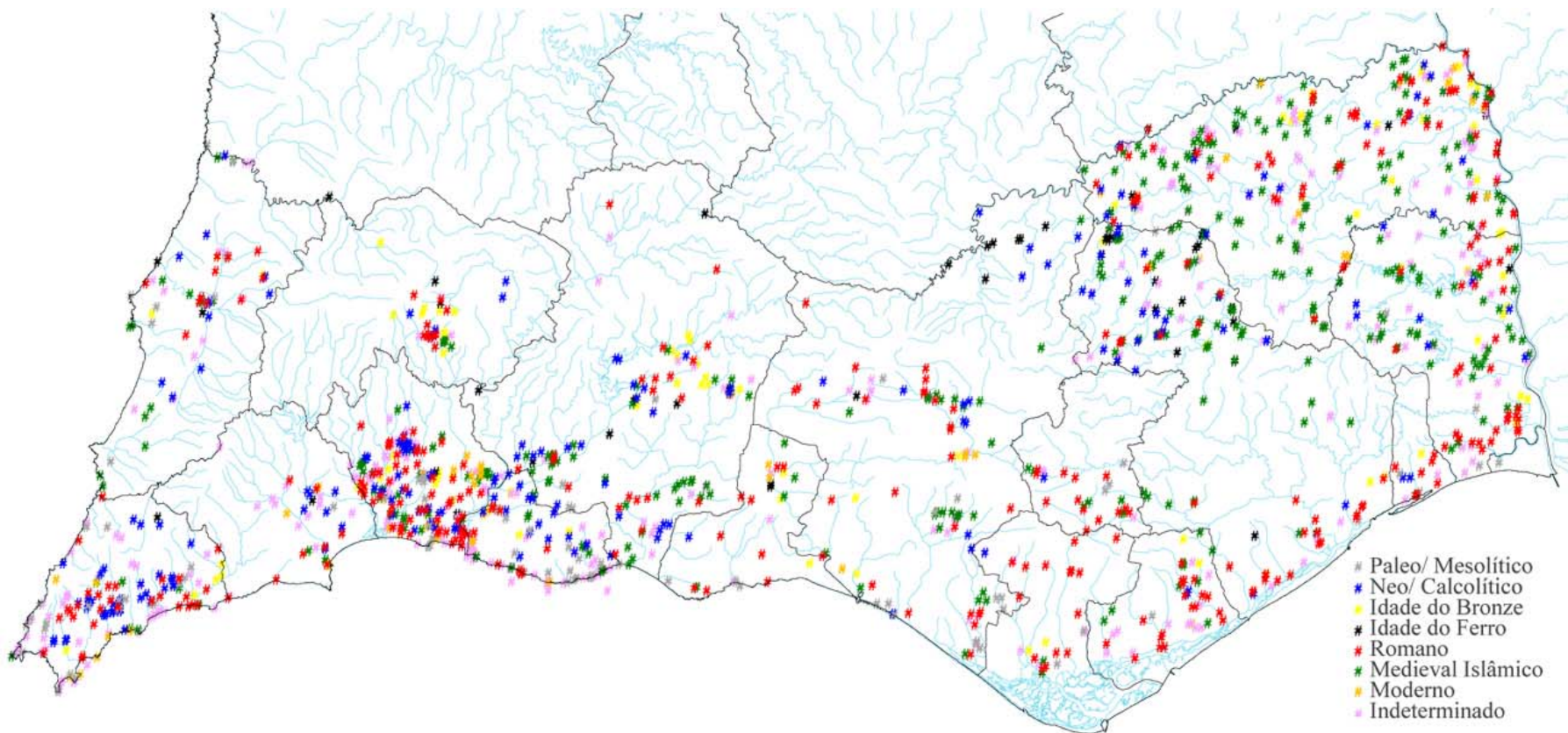
Concelhos	Número de Sítios	%
Albufeira	26	2%
Alcoutim	255	15%
Aljezur	66	4%
Castro Marim	124	7%
Faro	50	3%
Lagoa	104	6%
Lagos	116	7%
Loulé	115	7%
Monchique	36	2%
Olhão	48	3%
Portimão	238	14%
S. Brás de Alportel	33	2%
Silves	129	8%
Tavira	183	11%
Vila do Bispo	168	10%
V. R. Stº António	19	1%

* Baseado na informação enviada pelas autarquias e aferida a partir da base de Dados Endovellico do IPA (2003)



MAPA I

Distribuição dos Sítios Arqueológicos no Algarve por épocas (Fonte: IPA/Dez. 2003)



Anexo III
Sítios Arqueológicos Prioritários

Património Arqueológico e Construído
Quadro III
Listagem dos Sítios Arqueológicos considerados como prioritários pelas Câmaras Municipais (dados de 2001)

Sítio	Câmara Municipal
Cidade Romana de Balsa	CM Tavira
Centro Histórico de Tavira	
Alcáçova de Silves	CM Silves
Monte dos Amantes (megalitismo)	CM Vila do Bispo
Forte da Baleeira	
Ruínas Romanas da Boca do Rio	
Ruínas Romanas do Martinhal	
Castelo de Pademe	CM Albufeira
Muralhas de Faro	CM Faro
Largo da Sé	
Pontes de Marchil	
Corte	CM S. Brás de Alportel
Calçadinha de S. Brás	
Castelo de Aljezur	CM Aljezur
Ponta do Castelo (Bordeira)	
Ponta da Atalaia (Aljezur)	
Necrópole de Corte Cabreira	
Centro Histórico de Loulé	CM Loulé
Castelo de Salir	
Cerro da Vila	
Anta do Beringel (Corte d'Ouro)	
Anta da Pedra do Alagar (Corte d'Ouro)	
Praia do Forte Novo	
Tholos da Eira dos Palheiros (Martinlongo)	CM Alcoutim
Anta da Castelhana (Martinlongo)	
Cista do Malhão (Martinlongo)	
Conjunto Megalítico do Lavajo (Alcoutim)	
Barragem Romana do Álamo	
Villa Romana de Montinho das Laranjeiras	
Castelo Velho de Alcoutim	CM Lagos
Balneário Romano (Luz)	
Barragem Romana da Fonte Coberta	
Monte Molião	

Património Arqueológico e Construído
Quadro IV
**Listagem dos Sítios Arqueológicos considerados como prioritários
(estudo da Ualg/2001 - opinião dos especialistas)**

Sítio	Cronologia	Concelho
Grutas de Ibn Amar	Paleolítico Médio Idade do Bronze	Lagoa
Lagos de Vila do Bispo	Paleolítico Médio Paleolítico Superior	Vila do Bispo
Vale Boi	Paleolítico Superior Epipaleolítico	Vila do Bispo
Barranco das Quebradas	Epipaleolítico	Vila do Bispo
Monte do Cerro	Mesolítico	Tavira
Rocha das Gaivotas	Mesolítico	Vila do Bispo
Padrão	Neolítico	Vila do Bispo
Anta do Curral Castelhana	Neolítico	Alcoutim
Tholos da Eira dos Palheiros	Calcolítico	Alcoutim
Cerro do Castelo de Santa Justa	Calcolítico	Alcoutim
Alcalar	Calcolítico	Portimão
Castelo de Castro Marim	Idade do Bronze Idade do Ferro Época Romana	Castro Marim
Castelo de Aljezur	Idade do Bronze Idade do Ferro Época Romana Idade Medieval	Aljezur
Monte Molião	Idade do Ferro Época Romana Idade Medieval	Lagos
Vila Velha	Idade do Ferro Época Romana Idade Medieval	Portimão
Cerro da Rocha Branca	Idade do Ferro Época Romana	Silves
Centro Histórico de Tavira	Idade do Ferro Época Romana Idade Medieval	Tavira
Cidade romana de Balsa	Época Romana	Tavira
Centro Histórico de Faro	Idade do Ferro Época Romana Idade Medieval	Faro
Abicada	Época Romana	Portimão
Milreu	Época Romana	Faro
Boca do Rio	Época Romana	Vila do Bispo
Quinta de Marim	Época Romana	Olhão
Montinho das Laranjeiras	Época Romana	Alcoutim
Cacela	Época Romana Idade Medieval	Vila Real Stº António
Barragem Fonte Coberta	Idade Medieval	Lagos
Barragem de S. Rita	Idade Medieval	Vila Real Stº António
Praia da Marinha	Idade Medieval	Lagoa

Anexo IV
Museus e Núcleos Museológicos

Património Arqueológico e Construído

Quadro V**Número de Museus e Núcleos Museológicos do Algarve***

Museus	Núcleos Museológicos	Colecções Privadas	Museus da R.P.M.
39	16	3	4

Património Arqueológico e Construído

Quadro VI

Área Temática dos Museus do Algarve*

Área Temática	N.º
Arte	8
Etnografia e Antropologia	9
Arqueologia	4
Monumentos e sítios	5
Pluridisciplinares	6
Especializados	3

Património Arqueológico e Construído

Quadro VII**Museus da Rede Portuguesa de Museus***

Museu	Pessoal
Museu Municipal de Faro	33
Museu Municipal de Albufeira	9
Museu Municipal de Portimão	18
Museu Municipal de Tavira	9

* Dados da Rede Portuguesa de Museus

Anexo V
Técnicos e Laboratórios de Conservação e Restauro

Património Arqueológico e Construído

Quadro VIII
Técnicos/Laboratórios de conservação e restauro no Algarve*

Instituição	Concelho
Museu Municipal de Arqueologia de Loulé	Loulé
Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique	Faro
Museu Municipal de Arqueologia	Silves
Museu Municipal de Tavira	Tavira
Museu Municipal de Portimão	Portimão
Castelo de Castro Marim**	Castro Marim
Núcleo Museológico de Arqueologia do Castelo de Alcoutim	Alcoutim
Departamento de História, Arqueologia e Património – Universidade do Algarve	Faro

* Baseado em informação das autarquias e outras recolhas pontuais

* 1 técnico a trabalhar a tempo parcial.

Anexo VI
Técnicos e Serviços por Concelho

Património Arqueológico e Construído
Quadro VIII
**Técnicos e serviços/concelho
(baseado nas informações enviadas pelas CM's)**

concelhos	N.º de técnicos	Especialidades	vínculo	gabinetes	Projectos especiais	outros
Albufeira	Não refere			Não refere	Não refere	
Alcoutim	3	1 arqueólogo 1 tec.Prof (Arq) 1 Eng.Téc.Rest.	Não refere	Não refere	1 Desde Jun 99, proj de salv. de áreas arqueol. no âmbito das prospecções e projectos florestais. 2 Em conclusão a carta arqueologia (370 locais identificados) 3 Proj. de valorização de 3 estações arqueol.	
Aljezur	3	1tec.Sup.Turism 1tec.Plan.Reg. 1Cons. Museus	Não refere	Museu Municipal com Núcleo de Arqueol.	Não refere	Associação de Defesa do Património
Castro Marim	Não responde			Não responde	Não responde	
Faro	8 10	2 arqueólogos 1 des. Arqueol. 4 aux.de museu 1 PatrimCultural 6 arquitectos (dos quais 2 são urbanistas) 1engº técnico 3 desenhadores	quadro quadro Estag. IEFP 2 quadro; 2 contrato; 2 estagiários quadro quadro	Divisão de Museus Municipai Divisão do CH	1. Regulamento Municipal para os Núcleos Históricos da cidade de Faro (que inclui planta síntese que identifica as áreas arqueologicament sensíveis; os edifícios classificados, em vias de classificação, e respectivas as áreas de protecção; edificações notáveis e frentes urbana de qualidade). 2. Plano de Pormenor de Estoi que identifica os diferentes valores culturais, definindo para cada categoria o grau de protecção, materiais e aspectos construtivos. Estabelece um programa funcional para Milreu e Estoi. Define critérios para colocação de elementos e equipamentos nas fachadas	
Lagoa	Não responde			Não responde	Não responde	

concelhos	N.º de técnicos	Especialidades	vínculo	gabinetes	Projectos especiais	outros
Lagos	5	3 arquitectos 1 arqueólogo 1 desenhador		Gabinete do Centro Histórico	Em curso o lançamento de concurso para o plano de pormenor do núcleo histórico	
Loulé	7	Não refere	Não refere	Não refere	Não responde	
Monchique	Não responde			Não responde	Não responde	
Olhão	1	arqueólogo	Requisitado IIEFP	(Museu)	Não responde	
Portimão	9	1 museólogo 1 arqueólogo 1 tec.Sup.Hist. 1 antropólogo 1 tec.Cons.Rest 4 tec.Prof. (museog)		Projecto Municipal – Museu Municipal de Portimão		
S Brás de Alportel	1	arqueólogo	Não refere	De Arqueol.	Proj de valorização da “calçadinha” e criação do Centro Explicativo e de Acolhimento da “calçadinha”	Candidatura a a GTL
Silves	Não responde			Não responde	Não responde	
Tavira	16	1 Sociólogo 1 arquitecto 1 eng civil 1 hist d'arte 1 museólogo 1 antropólogo 2 arqueólogos 1Tec.Cons.Rest 2 desenhadores (1 arqueo/1proj) 2 tec.Prof (arqueol) 1 Aux.Tec (arqueol) 2 administ.	Todos no quadro da CM, salvo: 1 antrop. 2 arqueól. 2 tec.Prof (Arq) 1 admin.	Divisão do Património e de Reabilit. Urbana	Plano de Orientação Estratégica para o CH que prevê a concretização de 13 projectos especiais e de requalificação dos espaços públicos	CH declarado como Área Crítica
Vila do Bispo	Não responde			Não responde	Não responde	
V. R. Stº António	4	1 arquitecto (com mestrado em teoria de arquitectura) 2 historiadores (com mestrados em História Moderna e História Medieval) 1 técnica de património/ arqueologia	Não refere	Não refere	1. Plano de Pormenor do Núcleo Pombalino de VRSA (com a FCT da Univ. de Coimbra) 2. Núcleo de Cacela-a-Velha 3. Projectos específicos para Cacela (Carta do património; Centro de Inform. e Invest. Do Património de Cacela; circuitos turísticos)	

Anexo VII
Estruturas patrimoniais por concelho e por fonte de informação

Património Arqueológico e Construído

Quadro X

Identificação de estruturas (imóveis, elementos, conjuntos, sítios arqueológicos), por concelho, segundo as diferentes fontes (Dez 2003)

Concelhos	FONTE DE REGISTO									Observações
	Imóveis classificados	Em vias de class.	PDM Imóveis registados	Espaços/ conjuntos ou núcleos culturais	Sítios com interesse arqueológico	CM Sítios arqueológicos	IPPAR Classificados	Em vias de class.	DGEMN Inventariados	
Albufeira				Zonas antigas (Albufeira, Guia e Paderne)			2R; 1M	1R	9R; 3M; 1C; 1I; 1arq)	
				3			3	1	15	
Alcoutim	1R; 2M; 2 arq		16R 1M 27+8+13 conj/rur 65		36	370 ²⁰	1R; 2M; 2 arq	1R; 1arq	2R; 1M; 1arq	
	5	-					5	2	4	
Aljezur							1M		1R ; 1M	
							1	-	2	
Castro Marim							1M; 1S	1M	3R; 2M; 1S	
							2	1	6	
Faro				Espaços Urbanos Históricos Zona Histórica de Faro, zona antiga de Estoi			4R; 2M; 11C; 2S; 1arq)	1R; 17C; 2S; 1conj; 1rur	24R; 2M; 80C; 4S; 1rur; 1arq	
							20	28	114	
Lagoa							1R; 2M 3	1R 1	4R; 2M 6	

²⁰ Dados já identificados na Carta Arqueológica do Concelho (em elaboração).

Concelhos	FONTE DE REGISTO									Observações
	PDM					CM	IPPAR		DGEMN	
	Imóveis classificados	Em vias de class.	Imóveis registados	Espaços/ conjuntos ou núcleos culturais	Sítios com interesse arqueológico	Sítios arqueológicos	Classificados	Em vias de class.	Inventariados	
Lagos							4R; 3M; 1S; 3arq)	2R; 1M; 4C; 1arq) 8	10R; 11M; 4C; 1S; 1arq)	
Loulé	5R; 1M; 1S; 1 arq)	?	Para além dos edifícios classificados 24R; 1M; 17C; 1I; 1S; 4 arq) 8+48				5R; 1M; 1S; 1arq	4R; 2C	8R; 2M; 1C; 1S; 1arq)	
Monchique							1R; 1S 2	1R 1	3R ; 1S 4	

Concelhos	FONTE DE REGISTO									Observações
	PDM				CM	IPPAR	DGEMN		Inventariados	
	Imóveis classificados	Em vias de class.	Imóveis registados	Espaços/ conjuntos ou núcleos culturais	Sítios com interesse arqueológico	Sítios arqueológicos	Classificados	Em vias de class.		
Olhão	1R; 1C	3M; 1C; 1conj		Esp. culturais (Parque Ria Formosa, Parque Urbano de Olhão; Parque de Marim) 3 Esp. Urbanos históricos (Olhão, Fuseta e Moncarapacho)			1C	3R; 1M; 4C; 1conj	2R ; 3M; 2C	Os imóveis classificados e/ou em vias de classificação publicados em DR e constantes do regulamento do PDM não coincidem com os listados pelo IPPAR
	2 ²¹	5 ²		3	74	54 ²²	1	9	7	
Portimão							7R; 2M; 1S; 4arq)	1R; 1C; 1arq	11R ; 2M; 1C; 1S; 1arq 16	
							14	3		
S Bras de Alportel								1conj	1C	
							-	1	1	
Silves							7R; 3M; 2C; 3S; 2arq)	1R; 1M; 4C	9R; 3M; 10C; 1I; 3S; 2rur	
							17	6	28	
Tavira	Não há referência em Regulamento	Idem	60 estruturas rurais	Centro Histórico da Cidade de Tavira ²³			5R; 3M; 2C;	(9R; 1M; 5C; 1arq)	(24R; 5M; 12C; 1arq)	

²¹ De acordo com a lista apresentada após o artº 100º do Regulamento do PDM que nada em a ver com o património identificado no artº 36º do mesmo Regulamento.

²² De acordo com listagem fornecida pela CM e anteriormente entregue ao IPA.

Concelhos	FONTE DE REGISTO									Observações
	Imóveis classificados	Em vias de class.	PDM			CM	IPPAR		DGEMN	
			Imóveis registados	Espaços/ conjuntos ou núcleos culturais	Sítios com interesse arqueológico	Sítios arqueológicos	Classificados	Em vias de class.	Inventariados	
			60				11; 1arq 12	16	42	
Vila do Bispo							2R; 5M; 2arq 9	1R; 1C, 1arq 3	2R; 5M 7	
V. R. Stº António							1conj; 1arq 2	1conj; 1 arq 2	1R; 4C 5	

²³ cuja área é declarada “Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística ao abrigo do Decreto-Lei nº 56 de 26 de Novembro de 1999.

Anexo VIII
Plantas de Ordenamento/Regulamentos constantes dos PDM's

Património Arqueológico e Construído

Quadro XI

PDM's (Planta de Ordenamento/Regulamento)

Avaliação dos elementos enviados pelas CM's

CM's	Planta de Ordenamento / Condicionantes				Regulamento			
	Delimita CH e outros núcleos urbanos antigos	Localiza património construído	Localiza sítios arqueológicos	Localiza outro tipo de património	Define regras para os CH	Património construído apresenta lista e define regras	Património Arqueológico apresenta lista e define regras	Outro tipo de património - apresenta lista e define regras
Albufeira	Delimita zonas antigas (3 - Albufeira; Guia e Paderne)	Edifícios classificados e em vias de classificação	Vestígios arqueológicos		Anexo 1-Cap 1 – artº 1 e 2 Normas para construção nas zonas antigas, nomeadamente alinhamentos; cotas de soleira e altura dos edifícios e, Normas para recuperação de edifícios existentes	Não apresenta listagem ²⁴	Não apresenta listagem ¹	Não apresenta listagem ¹

²⁴ No entanto, apresenta "Levantamento arqueológico do Algarve – **Concelho de Albufeira**" de M. Varela Gomes, L. Campos Paulo e S. Duarte Ferreira, Edição CM de Albufeira.

CM's	Planta de Ordenamento / Condicionantes				Regulamento			
	Delimita CH e outros núcleos urbanos antigos	Localiza património construído	Localiza sítios arqueológicos	Localiza outro tipo de património	Define regras para os CH	Património construído apresenta lista e define regras	Património Arqueológico apresenta lista e define regras	Outro tipo de património - apresenta lista e define regras
Alcoutim ²⁵		Localiza em cartografia extra PDM	Localiza em cartografia extra PDM	Localiza em cartografia extra PDM		Não definindo regras, apresenta, em relatório do PDM, listagem e localização de 17 edifícios (1 militar e 16 religiosos); 27 conjuntos e edificações rurais; 21 estruturas especiais (13 moinhos de vento, de água e de marés e, 8 postos da guarda fiscal)	Não definido regras, apresenta, em relatório do PDM, listagem e localização de 36 sítios arqueológicos	

²⁵ Apenas foi enviado o relatório do PDM e cartografia extra PDM.

CM's	Planta de Ordenamento / Condicionantes				Regulamento			
	Delimita CH e outros núcleos urbanos antigos	Localiza património construído	Localiza sítios arqueológicos	Localiza outro tipo de património	Define regras para os CH	Património construído apresenta lista e define regras	Património Arqueológico apresenta lista e define regras	Outro tipo de património - apresenta lista e define regras
Aljezur	Assinala apenas em carta de condicionantes	Edifícios classificados e propostos	Identifica locais	Não (espaços naturais)	Cap IV sujeita estas áreas a plano de pormenor	Artº 53º refere as áreas de salvaguarda ao Património Arquitectónico que o Anexo I apresenta listagem.	Artº 53º refere as áreas de salvaguarda ao Património Arqueológico que o Anexo I apresenta listagem. Artº 53º refere as áreas de salvaguarda ao Património Arquitectónico que o Anexo I Apresenta listagem O artº 55º refere a zona de protecção dos 50m e os cuidados normais para a arqueologia (sondagens; prospecções; notificação dos organismos, etc.)	

CM's	Planta de Ordenamento / Condicionantes				Regulamento			
	Delimita CH e outros núcleos urbanos antigos	Localiza património construído	Localiza sítios arqueológicos	Localiza outro tipo de património	Define regras para os CH	Património construído apresenta lista e define regras	Património Arqueológico apresenta lista e define regras	Outro tipo de património - apresenta lista e define regras
Castro Marim	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
Faro	Delimita como espaços urbanos históricos a zona histórica de Faro e o núcleo antigo de Estoi ²⁶	valores arqueológicos e Históricos (cartas 4.1. e 4.2.)	valores arqueológicos e Históricos (cartas 4.1. e 4.2.)	Património natural	Faro e Estoi Artº 43º e 44º (generalidades)	Apresenta apenas listagem incompleta e baseada em dados de Botelho (1984) e do P.O. do PN Ria Formosa	Apresenta apenas listagem incompleta e baseada em dados de Botelho (1984) e do P.O. do PN Ria Formosa	
Lagoa	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
Lagos	Tem PDM, judicialmente anulado	Tem PDM, judicialmente anulado	Tem PDM, judicialmente anulado	Tem PDM, judicialmente anulado	Tem PDM, judicialmente anulado	Tem PDM, judicialmente anulado	Tem PDM, judicialmente anulado	
Loulé	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não respondeu
Monchique	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu

²⁶ Ambas as áreas já foram objecto de estudos específicos como consta do Quadro X (anexo VII)

CM's	Planta de Ordenamento / Condicionantes				Regulamento			
	Delimita CH e outros núcleos urbanos antigos	Localiza património construído	Localiza sítios arqueológicos	Localiza outro tipo de património	Define regras para os CH	Património construído apresenta lista e define regras	Património Arqueológico apresenta lista e define regras	Outro tipo de património - apresenta lista e define regras
Olhão	Delimita espaços culturais (3 Parques – Ria Formosa; Urbano de Olhão e, de Marim) Espaços urbanos históricos (3 – Olhão; Fuseta e Moncarapacho)	Localiza elementos de património construído	Localiza elementos de património construído		Espaços culturais Artº 33º; 34º (remete para plano de pormenor o Parque Urbano de Olhão); 35º Espaços urbanos históricos Artº 52º e 53º	Artº 36º apresenta a lista Anexo 1 (artº 100º?) apresenta nova lista não coincidente com a anterior	Anexo 1 (artº 100º?)	
Portimão	Em falta (localização apresentada em cadastro A4)	Regulamento em falta (localização apresentada em cadastro A4)	Em falta (localização apresentada em cadastro A4)			Apresenta lista - artº 16º	Apresenta lista - artº 16º E artº 55 que identifica as estações de Alcalar e Abicada	
S Brás de Alportel	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	
Silves	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu

CM's	Planta de Ordenamento / Condicionantes				Regulamento			
	Delimita CH e outros núcleos urbanos antigos	Localiza património construído	Localiza sítios arqueológicos	Localiza outro tipo de património	Define regras para os CH	Património construído apresenta lista e define regras	Património Arqueológico apresenta lista e define regras	Outro tipo de património - apresenta lista e define regras
Tavira	Em falta	Em falta	Apresenta Carta arqueológica (esc. 1:25000)	Apresenta Carta Síntese de Património Cultural em Mundo Rural	No artº 58º c) refere a actualização do Plano de Salvaguarda do CH de Tavira	Apresenta fichas com proposta de intervenção em relatório, para o património rural e, em Regulamento (artº 46º- definição e outras indicações referentes ao regime- pontos 7; 8; 9; 10 e 11 do artº 47º)	Apresenta fichas apenas em relatório (compatíveis com a Carta?) e, em Regulamento indicações gerais – pontos 1; 2; 3 e 4 do artº 47º	Apresenta fichas com proposta de intervenção apenas em relatório
Vila do Bispo	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Não enviou cópia	Artº 11º - apresenta lista única	Artº 11º - apresenta lista única	
V. R. Stº António	Envia extracto de planta com a delimitação do C.H. de V.R.Stº António; Núcleo Histórico de Cacela a Velha	Refere mas não anexa cartas	Refere mas não anexa cartas					